

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2007**  
**METAS E PROJEÇÕES FISCAIS**  
**(Art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2.000)**

ANEXO I-B

**I – VALORES CORRENTES**

EM R\$ 1.000,00

DISCRIMINAÇÃO	2.007	2.008	2.009
I – RECEITA TOTAL	1.638.343	1.764.424	1.911.920
II – DESPESA TOTAL	1.601.843	1.727.924	1.911.920
III – RESULTADO PRIMÁRIO	45.600	63.092	23.681
IV – RESULTADO NOMINAL	36.500	36.500	0
V – DÍVIDA LIQUIDA	35.511	52.110	51.495

OBS.: Excluído duplicidades do FUNDEF

**II - VALORES CONSTANTES**

EM R\$ 1.000,00 DE DEZEMBRO DE 2004

DISCRIMINAÇÃO	2.007	2.008	2.009
I – RECEITA TOTAL	1.488.842	1.548.396	1.610.332
II – DESPESA TOTAL	1.454.230	1.515.599	1.610.332
III – RESULTADO PRIMÁRIO	44.457	58.934	24.689
IV – RESULTADO NOMINAL	34.611	32.796	0
V – DÍVIDA LIQUIDA	31.003	48.142	47.574

OBS.: Excluído duplicidades do FUNDEF

**PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2007**  
**DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS**  
**(Art. 4º, § 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2.000)**

As metas fiscais anuais apresentadas no presente Anexo à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2.007 foram fixadas com objetivo de demonstrar os resultados esperados com as ações desenvolvidas pelo município, considerando o comportamento histórico da receita, e a adoção de projetos de Substituição Tributária, cobrança da Dívida Ativa Tributária, Modernização da Administração Tributária, Controle Interno da evasão fiscal e das despesas, e acompanhamento das transferências governamentais. A política fiscal do governo tem por objetivo primordial promover a gestão equilibrada dos recursos públicos. Com base nestas metas serão implementados os Programas e as Ações de Governo, portanto definidas as metas anuais.

**DAS RECEITAS:**

A arrecadação total da prefeitura de Goiânia (administração direta e indireta) no ano de 2.005, foi estimada em R\$ 1.346,9 milhões (Lei nº 8.312/2.004) a preço de junho de 2004. Sendo arrecadado, o total de R\$ 1.327,9 milhões (excluso as duplicidades de lançamentos contábeis do FUNDEF), representando assim um decréscimo em relação a receita estimada de 1,41%.

Para o ano de 2006, foi fixado pela Lei nº 8.385/2.005 – Lei Orçamentária (administração direta e indireta) o montante de R\$ 1.461,0 milhões. Temos no presente momento uma reestimativa de R\$ 1.498,4 milhões o que equivale a um incremento em relação à arrecadação do exercício de 2005 de 12,32%.

Para o ano de 2.007, as metas fiscais em valores constantes, correspondem a um índice de 4,0% de acréscimo real da arrecadação que resultará das políticas em curso, especialmente da Substituição Tributária, Modernização Tributária e ampliação dos mecanismos de Controle Internos. Se forem consideradas as metas fiscais em valores correntes, o valor a ser arrecadado em 2.007, será de R\$ 1.638,8 milhões, o que corresponde a um índice de 9,34% de correção inflacionaria e incremento real de arrecadação, se caso fosse comparada à arrecadação reestimada para o ano de 2.006.

Para os exercícios seguintes, considerou-se as variáveis macroeconômicas definidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN constantes do Relatório de Inflação de dezembro/2005, agregada a isso as políticas que vem sendo adotadas pelo governo municipal para o aumento real da receita, bem como, as perspectivas de crescimento real anual do Produto Interno Bruto – PIB, previstas no mesmo Relatório de Inflação do BACEN.

## Projeção de Parâmetros Macroeconômicos

Parâmetro	2007	2008	2009
crescimento real do PIB (%)	4,0	4,0	4,0
taxa de inflação (IPCA) var. ano	5,0	5,0	5,0

crescimento 2005.....5,69% (IPCA)  
2,30% (PIB)

### DAS DESPESAS

Os critérios adotados para as despesas correspondem aos estipulados para a receita, preservando desta forma, o princípio constitucional que é o equilíbrio das contas públicas.

Vale ressaltar que a atual administração tem buscado através da “Agenda Goiânia” assegurar a participação ativa dos segmentos da sociedade, em níveis diferenciados de organização e nas decisões sobre as orientações, diretrizes e prioridades da política governamental.

O desenvolvimento de mecanismos de **integração** entre as diferentes esferas do poder municipal, na reavaliação de prioridades pelas unidades administrativas (direta e indireta), veio definir as prioridades de aplicação dos escassos recursos, voltados a atender as ilimitadas necessidades dos munícipes. Portanto, a definição e priorização das despesas resultam do processo de planejamento integrado e de mecanismo de apropriação e priorização das ações públicas.

Com o propósito de compensar o impacto fiscal da dívida flutuante do exercício de 2004 e anteriores a meta de Resultado Primário foi ampliada no período de 2007 e 2008 em R\$ 36.500.000,00 anuais, recursos estes que serão disponibilizados para o cumprimento dos passivos contingentes (restos a pagar) herdados de administrações passadas, estimados em R\$ 138,0 milhões.

O controle de despesas, neste prisma visa:

- administração e controle das despesas com custeio administrativo e operacional;
- administração e controle dos pagamentos da dívida bancária intra e extralimite, inclusive, renegociação e aproveitamento de créditos;
- execução de investimentos dentro da capacidade de desembolso do Município.

## DÍVIDA LÍQUIDA

Os valores apresentados no anexo das Metas e Projeções Fiscais, refere-se aos valores a serem pagos anualmente da dívida pública municipal, referente à administração direta e indireta (autarquias, fundos e fundações), conforme dados consignados nas tabelas.

A dívida pública líquida é o resultado da diferença apurada entre a dívida pública e o ativo financeiro (disponibilidade de caixa, aplicações financeiras e outros ativos financeiros), representando em dezembro de 2005, o valor total de R\$ 318.102,4 milhões.

O ativo financeiro total do municipal, em dezembro de 2005, era de R\$ 215.610,9 milhões.

A dívida municipal, portanto, representa o conjunto dos compromissos e obrigações assumidos a curto e a longo prazo. Podendo ser fluante (restos a pagar e depósitos de terceiros) e fundada ou consolidada (a longo prazo). A dívida fluante total, em dezembro de 2005 era de R\$ 136.387,9 milhões, e a fundada/consolidada de R\$ 397.325,4 milhões.

A dívida total do municipal em valores constantes, em dezembro de 2005, esta composta por : **Dívida Fluante:** Depósitos de Terceiros/Consignações, no valor de R\$ 11.779,4 milhões; Restos a Pagar, no valor de R\$ 124.439,5 milhões. **Dívida Fundada/consolidada:** Empréstimos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Caixa), no valor de R\$ 81.702,8 milhões; INSS da Comurg que foi assumido pela Prefeitura de Goiânia, no ano de 2000, cuja posição em 31 de dezembro de 2005, equivale à R\$ 305.183,4 milhões; Fundo de Garantia dos Servidores Municipais, no valor de R\$ 6,7 milhões; Fundo de Garantia dos Servidores da Câmara Municipal, no valor de R\$ 3.529,9 milhões; PASEP, no valor de R\$ 6.902,3 milhões.